

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

**ATA - XVI ENCONTRO DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP**

Realizou-se na cidade de Brasília, no Brasil, no dia 24 de novembro de 2018, o XVI Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, com a presença dos/as Excelentíssimos/as Senhores e Senhoras Procuradores-Gerais da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor Leste e da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Deixa-se registro do convite enviado, igualmente, ao Ministério Público da República da Guiné Equatorial, bem como ao Secretariado Executivo da CPLP, comprometendo-se o Ministério Público Federal brasileiro com o envio de missiva com os documentos resultantes desse XVI Encontro a todos os convidados e presentes.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A Declaração Conjunta de Brasília se encontra no **Anexo III**.

Na manhã do dia 24 de novembro, sábado, os trabalhos foram iniciados com o discurso de abertura da Procuradora-Geral da República Federativa do Brasil, Raquel Dodge, que deu as boas vindas às delegações presentes, desejando-lhes um bom trabalho.

A Procuradora-Geral brasileira relatou breve histórico deste foro privilegiado de discussão e partilha de experiência, com destaque para a criação do Secretariado Permanente na quinta edição do Encontro e do Fórum Cibercrime e Prova Digital, oficializada no XIV Encontro de Procuradores-Gerais. Ademais, ponderou sobre a importância da cooperação internacional no combate a crimes transnacionais que cresceram muito nos últimos anos como resultado dos avanços tecnológicos e da globalização. Nesse sentido, enfatizou como objetivo do XVI Encontro a adoção de medidas concretas para combater o tráfico de drogas, a corrupção, a lavagem de dinheiro e o crime organizado.

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Procuradora-Geral da República repassou a palavra às demais Delegações, as quais se apresentaram e felicitaram pelo convite e hospitalidade brasileiros no Encontro, destacando a importância desse tipo de fórum para o progresso contínuo e estreito da cooperação jurídica internacional.

Apresentou-se vídeo institucional com uma mensagem da Secretária Executiva da CPLP – Dra. Maria do Carmo Silveira.

Findadas as apresentações das Delegações, a Procuradora-Geral da República apresentou a proposta de agenda de trabalho do Encontro, aprovada pelas delegações, por aclamação.

O primeiro painel do Encontro abordou os “Avanços no combate ao crime organizado transnacional”. Teve início com a apresentação do Procurador da República Alessandro Fernandes, Representante do Grupo de Trabalho da Lava Jato da PGR no Brasil, que explanou sobre sete tópicos bem sucedidos da experiência da Operação Lava Jato no combate à criminalidade transnacional, a saber: 1) Tipicidade Penal - definição do que é uma organização criminosa, atendendo a reclames internacionais; 2) Mudança cultural da percepção sobre a gravidade do crime de colarinho branco; 3) Reaproximação crítica dos sistemas legais (*common law*), 4) Independência funcional do Ministério Público; 5) Mecanismos contemporâneos de investigação; 6) Cooperação Internacional como instrumento essencial para o combate a crimes transnacionais; e 7) Sanção financeira aos condenados por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Finalizou com a apresentação de números de resultados da operação Lava Jato, com destaque de 549 pedidos de cooperação internacional.

Tratou-se sobre a experiência brasileira com o Grupo Executivo de combate à corrupção transnacional, avançando com a proposta de criação de uma Rede de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no âmbito da CPLP.

Dando continuidade, a Procuradora Regional da República e Secretária de Cooperação Internacional Cristina Romano expôs sobre a importância da cooperação internacional na operação Lava Jato ao desvelar dados de pedidos passivos e ativos com países de todo o mundo.

Aberta a palavra para as intervenções das delegações presentes, as comitivas de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal e Brasil se manifestaram sobre a conjuntura de seus respectivos países à luz dos temas abordados no painel.

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para finalizar os trabalhos da manhã, as delegações posaram para a foto oficial do XVI Encontro.

No turno vespertino, dando prosseguimento à agenda do Encontro, Pedro Verdelho, representante do Conselho da Europa e Coordenador do Gabinete de Cibercrime do Ministério Público de Portugal, explanou sobre o “Direito Penal e as novas tecnologias de comunicação”. Fez análise sobre os desafios a serem enfrentados, como novas práticas criminosas, necessidade de legislação específica que tipifique o crime com o uso da internet e a importância da especialização dos quadros do MP. Também abordou as novas questões jurídicas de complexa resolução, como a localização de um crime e jurisdição como um limite à obtenção de prova. Elucidou a iniciativa com exemplos práticos.

Por fim, apresentou dados sobre a cooperação no seio da CPLP e o recém-criado Fórum sobre Cibercrime e Prova Digital dos Ministérios Públicos da CPLP, cujos objetivos gerais são sensibilizar os magistrados do Ministério Público do espaço lusófono para a dimensão do cibercrime e para a importância da prova digital, detectar eventuais lacunas legislativas, avaliar a conformidade das legislações nacionais com os quadros normativos internacionais e fomentar a formação de magistrados do Ministério Público.

A seguir, a Procuradora da República Fernanda Domingos, representante do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da Câmara Criminal do MPF do Brasil, abordou sobre os desafios no combate ao crime cibernético e obtenção das provas digitais no panorama de ausência de legislação específica em alguns casos. Ressaltou a importância do Marco Civil da Internet (MCI) brasileiro, de 2014. Outrossim, destacou a importância em aderir-se à Convenção de Budapeste, ainda endossando a necessidade da proteção de dados pessoais. Disse ser relevante ter uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados independente que possa fiscalizar a coleta e tratamento dos dados nos termos do que determina o MCI, o que é fundamental para que se combata a manipulação desses dados de forma a evitar a desinformação causada pelas "fake news".

Seguiram-se os debates com as contribuições da delegação de São Tomé e Príncipe e da delegação de Moçambique.

Ademais, o MPF brasileiro compartilhou documentação referente ao Sistema de Investigação e Movimentações Bancárias (SIMBA), destacando a importância do compartilhamento de tecnologias para o avanço dos trabalhos dos Ministérios Públicos.

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

A posteriori, Cristina Romano apresentou a proposta da criação de uma Rede de Procuradores de Língua Portuguesa Antidrogas. Seriam objetivos desta Rede: a troca de informação de inteligência, a designação de pontos de contatos, e a elaboração de plano de trabalho estratégico e de uma coletânea de boas práticas. Por votação unânime, foi aprovada a proposta em pauta. Estabeleceu-se prazo de 15 dias para cada Procuradoria indicar o seu ponto focal.

A PGR Raquel Dodge apresentou proposta de criação da Rede de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, lembrando Rede semelhante e bem sucedida no âmbito da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos – AIAMP. A proposta foi aprovada por voto unânime e o ponto focal deverá ser indicado em 15 dias.

Deliberou-se sobre o país coordenador de cada Rede ora criada. Aprovou-se a proposta da Guiné-Bissau, por unanimidade, de Portugal ser coordenador da Rede Antidrogas, e o Brasil ser coordenador da Rede de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, ambos por serem experientes nas temáticas.

Renovou-se a deliberação, que será remetida ao Secretariado Executivo da CPLP para posterior encaminhamento ao órgão superior competente, da necessidade de institucionalização do Encontro de PGRs da CPLP no Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Na sequência, deliberou-se sobre a próxima sede e presidência do Encontro de PGR da CPLP. O PGR de Angola se comprometeu a sediar o Encontro no ano de 2021.

Após ponderações, foi anunciada pela Procuradora-Geral de Moçambique, Beatriz Buchili, a realização do XVII Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, em 2019, na cidade de Maputo.

Por unanimidade, decidiu-se renovar o mandato da Procuradoria-Geral Portuguesa como Secretariado Permanente, nos termos do disposto em Regimento Interno.

Foi lida e aprovada unanimemente a Declaração Conjunta de Brasília, a qual encontra-se como **Anexo III**.

Para o encerramento do XVI Encontro, foi realizado o painel com a presença dos Coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal brasileiro e da Escola Superior do Ministério Público da União.

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

Por fim, houve a leitura da Ata do XVI Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, que foi aprovada e assinada pelos Procuradores-Gerais ou representantes designados dos países presentes.

Havendo cumprido a agenda proposta, foi encerrado o XVI Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Brasília, 24 de novembro de 2018.

Em representação dos países da CPLP,

HÉLDER FERNANDO PITTA GRÓZ
Procurador-Geral da República de Angola

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da República Federativa
do Brasil

FRANKLIN AFONSO FURTADO
Procurador-Geral Adjunto da República de
Cabo Verde

BACAR BIAI
Procurador-Geral da República da Guiné-
Bissau

BEATRIZ BUCHILI
Procuradora-Geral da República de
Moçambique

LUCÍLIA GAGO
Procuradora-Geral da República Portuguesa

XVI ENCONTRO
DE PROCURADORES-GERAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

INALD KELVE NOBRE DE CARVALHO
Procurador-Geral da República
Democrática de São Tomé e Príncipe

JOSÉ DA COSTA XIMENES
Procurador-Geral da República de Timor
Leste

Como convidado especial,

WU HIO
Procurador da Região Administrativa
Especial de Macau da República Popular da
China